

LUTAR NO PRESENTE CONSTRUIR O FUTURO

+ Salários + Direitos + Serviços Públicos



FECTRANS



LOURES Pavilhão Paz e Amizade



FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE
TRANSPÓRTES E COMUNICAÇÕES

PROJECTO PROGRAMA DE ACÇÃO

Índice

1	1.	Com a luta resistimos e alcançámos	3
2	2.	Valorizar os salários, reduzir os horários, combater a precariedade e melhorar as condições de vida e trabalho.....	3
3			
4	3.	Defender e ampliar a contratação colectiva	5
5	4.	Sector público, factor de progresso do País.....	6
6	5.	Acção sindical integrada – a intervenção sindical nos locais de trabalho.....	7
7	6.	Saúde se segurança no trabalho, um direito a defender	8
8	7.	Informação, agitação e propaganda sindical	10
9	8.	Cooperação internacional.....	10
10	9.	Formação sindical	11
11	10.	Formação profissional	12

1 **1. Com a luta resistimos e alcançámos**

2
3 O 3º Congresso da FECTRANS é foi realizado num ciclo de intensa luta em defesa do
4 serviço público, dos postos de trabalho, das reivindicações e dos interesses dos
5 trabalhadores e utentes do sector dos transportes e comunicações.

6
7 Definimos como linha prioritária na nossa acção que o esclarecimento, a denúncia e a
8 mobilização para o combate, através da luta dos trabalhadores, é o principal papel dos
9 sindicatos neste quadro de grandes dificuldades, de riscos, mas também de confiança e
10 oportunidades.

11
12 Concluíamos que, apesar do enorme ataque do governo e patronato aos trabalhadores,
13 numa clara ofensiva de destruição da contratação colectiva, de aniquilação de direitos
14 conquistados, do aumento da exploração e do empobrecimento, continuavam a existir, a
15 nível nacional, potencialidades a partir dos locais de trabalho. Potencialidades de uma
16 maior unidade nomeadamente entre os trabalhadores da mesma categoria profissional,
17 mas, fundamentalmente, da mesma empresa e do mesmo sector de actividade.

18
19 Passados quatro anos, podemos afirmar que foi uma decisão acertada. A vida veio
20 demonstrar que, apesar da forte ofensiva com que nos confrontávamos, foi pela luta dos
21 trabalhadores, dinamizada pela CGTP-IN e para a qual demos um contributo importante
22 que o ciclo político encetado pelo PSD/CDS foi derrotado. Com a nova correlação de forças
23 na Assembleia da República, criou-se uma nova realidade na qual, embora com elementos
24 contraditórios, foi possível repor direitos e rendimentos, travar privatizações e conquistar
25 novos salários e direitos.

26
27 Desde o último congresso verificámos a existência de potencialidades ao nível da
28 sindicalização, acompanhada da ampliação da consciência de classe dos trabalhadores,
29 gerando-se assim melhores condições de luta pela melhoria das condições de vida e
30 trabalho

31
32 Foi um período de demonstração da actualidade do projecto sindical da FECTRANS,
33 enquanto estrutura sectorial da CGTP-IN e dos seus sindicatos, como instrumento
34 necessário para a defesa, unidade, solidariedade e luta dos trabalhadores.

35
36 O 4º Congresso da FECTRANS será por isso mais um marco no reforço da acção sindical
37 a partir dos locais de trabalho. Um reforço dos sindicatos e da Federação como
38 organizações que reconhecem o papel determinante da luta de classes na evolução
39 histórica da humanidade, um reforço da solidariedade de interesses existentes entre os
40 trabalhadores de todo o mundo e que consideram que a resolução dos problemas dos
41 trabalhadores exige o fim da exploração capitalista e da dominação imperialista.

42
43 **2. Valorizar os salários, reduzir os horários, combater a precariedade e**
44 **melhorar as condições de vida e trabalho**

45
46 Com a intervenção sindical foi possível mobilizar os trabalhadores para a luta contra a
47 regressão social (traduzida na redução nos salários, nos direitos no trabalho, nos direitos
48 sociais e com o aumento da precariedade laboral) que teve lugar no período de
49 governação do PSD/CDS-PP, submetida às ordens do grande capital, na forma da
50 intervenção da “troyka” (UE, BCE e FMI).

51
52 Em resultado da luta dos trabalhadores e no quadro da nova correlação de forças na

1 Assembleia da República, foram repostos direito tão importantes como, por exemplo, os 4
2 feriados roubados, o direito aos Subsídios de Férias e Natal pagos por inteiro, as
3 progressões nas carreiras profissionais nas empresas públicas, o direito ao transporte que
4 tinha sido retirado e outras normas da contratação colectiva que estavam suspensas.

5
6 Com o desenvolvimento da luta foi-se conquistando aumento dos salários em diversas
7 empresas e sectores, sendo o ponto alto no ano de 2018 e primeiro trimestre de 2019, na
8 CP; IP; TRANSTEJO; SOFLUSA; STCP; CARRIS; CTT; SECTOR PESADO RODOVIÁRIO
9 DE MERCADORIAS; METROPOLITANO DE LISBOA; MEDWAY; SCOTTURB; EVA;
10 TRANSLAGOS; FROTA AZUL; ATLANTICOLINE; METRO TRANSPORTES DO SUL; CCT
11 RODOVIÁRIO DA MADEIRA; TRANSPORTES NO RIO GUADIANA; LITORAL NORTE;
12 JOAQUIM COSTA FERREIRA; ESPÍRITO SANTO; AUTO VIAÇÃO DO MINHO;
13 TRANSCOLVIA ; AUTO VIAÇÃO CURA; TRANSDEV NORTE; MINHO BUS;
14 TRANSDEV; CAIMA; TRANSDEV DOURO; AUTO VIAÇÃO PACENSE; AUTO VIAÇÃO
15 LANDIM; ALBANO ESTEVES MARTINS; RODONORTE; ARRIVA PORTUGAL;
16 TRANSPORTES URBANOS GUIMARÃES; TRANSPORTES URBANOS FAMALICÃO;
17 RODOVIÁRIA DE LISBOA; BARRAQUEIRO TRANSPORTES; ISIDORO
18 DUARTE; METRO DE MIRANDELA; METRO DO PORTO; VIA PORTO,
19 RODOVIÁRIA DO TEJO, RODOVIÁRIA DO OESTE, RODOVIÁRIA DO LIS,
20 RODOVIÁRIA DA BEIRA LITORAL.

21
22 Estes resultados foram obtidos com a marcação e/ou e realização de lutas, o que
23 reforça a afirmação de que não há conquistas se não houver luta.

24
25 Também no combate conseguimos resultados positivos no combate aos vínculos
26 precários. No ano passado no sector ferroviário, mais de 80 trabalhadores, viram
27 os seus contratos de trabalho precários, serem transformados em contractos
28 efectivos.

29
30 Mas, hoje a realidade exige de nós, um reforço de intervenção nesta frente, porque
31 há muitas situações identificadas com trabalhadores com vínculos precários a
32 ocuparem postos de trabalho permanente.

33
34 O patronato sabe que um trabalhador com vínculo precário, é um trabalhador
35 desprotegido e mais dificuldade de lutar pelos seus direitos e suas reivindicações.

36
37 Sendo positivos, os resultados são, contudo, insuficientes, tendo em conta o objectivo de
38 valorizarmos o trabalho e os trabalhadores. As cedências que o governo e o patronato
39 foram obrigados a fazer serão, numa primeira oportunidade em que a correlação de forças
40 lhes seja mais favorável, objecto de uma tentativa de retoma, com mais força, da ofensiva
41 pelo aumento da exploração de quem trabalha.

42
43 A melhoria da situação económica e financeira está intimamente ligada ao aumento dos
44 salários, ao aumento do poder de compra dos trabalhadores e à melhoria dos seus direitos
45 sociais e laborais, como ficou demonstrado nestes últimos anos.

46
47 Para que o País cresça ainda mais, é necessário o rompimento com as políticas emanadas
48 pela União Europeia, que representam fortes estrangimentos ao desenvolvimento
49 nacional. Aos trabalhadores impõe-se a obrigação de continuarem e ampliarem a luta
50 reivindicativa por melhores salários e melhores condições de vida e trabalho:

51
52 É neste contexto que a luta em defesa da melhoria dos salários, pela redução do horário
53 de trabalho, na defesa dos direitos constantes das convenções colectivas e da luta contra

1 a flexibilidade dos horários e os bancos de horas, contra o tempo de disponibilidade sem
2 remuneração, contra a precariedade no vínculo laboral, entre outras, torna-se de extrema
3 importância.

4
5 A luta tem de ter continuidade, pelo que é preciso dinamizar propostas reivindicativas a
6 todos níveis, nas empresas ou no sector, que visem o objectivo da melhoria dos salários e
7 a manutenção e melhoria dos direitos laborais.

8
9 As nossas propostas devem sempre ser precedidas de discussão nos coletivos dos
10 sindicatos e pelos trabalhadores, tendo por base as orientações do MSU, nomeadamente
11 da CGTP e da Federação. Propostas sempre com a adequação às reivindicações de cada
12 empresa ou sector, procurando ser inovadores nos conteúdos reivindicativos,
13 contemplando também o combate às precariedades nos vínculos laborais e pelo
14 cumprimento efectivo dos direitos constantes da lei e da contratação colectiva.

15
16 A FECTRANS, em coordenação, articulação e com envolvimento dos Sindicatos, deve
17 dinamizar a acção nos locais de trabalho com vista à mobilização dos trabalhadores pela
18 melhoria das suas condições de vida e trabalho, de que se destacam:

- 19 ➤ ***A campanha permanente pela valorização dos salários e das condições de vida e***
20 ***trabalho dos trabalhadores do sector;***
- 21 ➤ ***O aumento real dos salários em todas as empresas e sectores tendo em conta a***
22 ***desvalorização dos últimos anos e elevação relativamente ao salário mínimo***
23 ***nacional;***
- 24 ➤ ***Reduzir o horário de trabalho para o limite máximo de 35 horas, sem perda de***
25 ***remuneração;***
- 26 ➤ ***Combater a desregulamentação dos horários de trabalho, que alargam os***
27 ***períodos de permanência nas empresas, para apenas receberem 8 horas diárias***
28 ***de trabalho;***
- 29 ➤ ***Desenvolver uma campanha permanente pela passagem a efectivos de todos os***
30 ***trabalhadores a ocuparem postos de trabalho permanentes.***

32 **3. Defender e ampliar a contratação colectiva**

33
34 A contratação colectiva como fonte de direito do trabalho e forma de participação colectiva
35 dos trabalhadores, na negociação das regras das relações de trabalho fixando direitos e
36 salários. Esta linha tem sido fortemente atacada.

37
38 Continuamos a assistir ao boicote patronal à negociação colectiva em muitos sectores,
39 sempre com um objectivo, desvalorizar os salários e acabar com direitos dos trabalhadores.

40
41 Na actual legislatura o governo do PS tem estimulado as reivindicações patronais pela
42 inação no combate ao posicionamento do patronato e por propostas que não resolvem os
43 problemas da caducidade das convenções colectivas, aumentam o período experimental,
44 não resolvem as questões da precariedade dos vínculos laborais e possibilitam que o
45 patronato imponha ao trabalhador 150 horas de trabalho à borla.

46
47 As introduções das flexibilidades horárias, dos bancos de horas, das intermitências, dos
48 tempos de disponibilidade, das alterações de funções, entre outras, reduziriam as
49 convenções colectivas a instrumentos de poder patronal, adulterando assim o princípio que
50 está na origem do direito do trabalho e da negociação colectiva, ou seja, protecção da parte
51 mais fraca na relação de trabalho - o trabalhador.

52

1 Esta ofensiva procura dar suporte às reivindicações patronais de aumento da exploração
2 de quem trabalha e para isso continuar a tentar proceder à substituição dos actuais
3 interlocutores na negociação colectiva, por outros, que sejam da confiança dos patrões a
4 nível de empresa, com o objectivo de esvaziar de direitos as actuais convenções colectivas.

5
6 É na empresa que o patronato está a tentar substituir os contractos colectivos pela
7 relação individual de trabalho, numa primeira fase esvaziando-os de conteúdo de direitos,
8 para posteriormente os eliminar pura e simplesmente.

9
10 A reacção dos trabalhadores na defesa do seu contrato de trabalho é maior, quanto maior
11 for o conhecimento do seu conteúdo, algo que nem sempre fomos capazes de fazer, sendo
12 necessário melhorar a nossa actuação neste domínio, buscando constantemente as
13 formas e os métodos mais adequados de o fazer.

14
15 Com a luta destes últimos anos podemos travar a tentativas de caducidade de AE's renovando-os
16 com a manutenção dos direitos conquistados, negociaram-se novos AE's e novos CCT's e alargaram-
17 se a mais trabalhadores convenções colectivas existentes.

18
19 São vitórias importantes que é preciso valorizar, consolidar e alargar. É necessário manter e até
20 aprofundar a descentralização da contratação, para responder melhor ao nível do local de
21 trabalho, onde a ofensiva contra os trabalhadores se fará sentir.

22 Neste sentido deverá ser linha prioritária da FECTRANS:

- 23 ➤ ***Defender o direito à contratação colectiva dos trabalhadores, através da***
24 ***Federação e seus sindicatos;***
- 25 ➤ ***Alargar a contratação colectiva ao maior número de empresas e sectores;***
- 26 ➤ ***Tomar as medidas necessárias para os trabalhadores conhecerem os conteúdos***
27 ***dos contractos colectivos de trabalho da sua empresa ou sector;***
- 28 ➤ ***Tomar a iniciativa de nas empresas se apresentarem Cadernos Reivindicativos***
29 ***que reflectam as aspirações dos trabalhadores na procura da sua valorização***
30 ***profissional;***
- 31 ➤ ***Para apoiar a intervenção sindical nesta frente de trabalho, deve continuar-se o***
32 ***trabalho de organizar o departamento de contratação colectiva, centralizado e***
33 ***com os meios técnicos e humanos necessários.***

34 35 **4. Sector público, factor de progresso do País**

36
37 Conquista do regime democrático foi a criação de um sector de transportes e comunicações
38 assente em grandes empresas públicas essenciais para o desenvolvimento do País
39 garantir a sua unidade, manter os laços com a diáspora e corrigir assimetrias.

40
41 Este sector, na sequência do processo de recuperação capitalista e monopolista tem sofrido
42 um ataque brutal visando a sua entrega a grupos económicos e financeiros. É um sector
43 sob um profundo ataque, que coloca em causa direitos essenciais dos trabalhadores,
44 destrói o trabalho com direitos, ataca a contratação colectiva e as condições de vida e
45 trabalho, e desta forma põem em causa os serviços públicos que prestam aos utentes.

46
47 A destruição dos serviços públicos essenciais às populações, em muitos casos por via das
48 privatizações de importantes serviços, tem sido um objectivo prosseguido por diversos
49 governos que executaram políticas de direita.

50
51 No mandato do governo do PSD/CDS, foi privatizada a ANA e os CTT e uma parte da TAP.
52 Foram desencadeados processos para a privatização da CP-Carga, da EMEF, da Carris,
53 do Metro de Lisboa, do STCP e do Metro do Porto.

1 Todo este processo foi acompanhado de desinvestimento dos serviços públicos, com o
2 objectivo de transformar as empresas públicas em actividades económicas do sector
3 privado e em instrumentos da especulação financeiro.

4
5 Com a mudança de Governo, foi dada resposta à luta dos trabalhadores e foram revertidos
6 os processos de privatização da Carris, Metro de Lisboa, STCP e Metro do Porto. No
7 entanto, revelando as contradições da política do governo do PS, este procedeu à
8 privatização da CP-Carga (hoje MEDWAY) à multinacional suíça MSC, num negócio
9 desastroso para os interesses do País e não mexendo em mais nenhuma das outras
10 empresas entretanto privatizadas.

11
12 O País precisa que não sejam apenas revertidos os processos de privatização, mas que as
13 empresas públicas sejam dotadas de todos os meios técnicos, financeiros e humanos para
14 poderem desempenhar as suas obrigações de serviço social.

15
16 O Governo do PS, apesar de muitos anúncios de investimentos, tem optado pela
17 continuidade de manter o desinvestimento, que está a levar as empresas a situações de
18 ruptura no serviço que é prestado, numa atitude que pode ser previamente definida, como
19 forma de mais tarde justificar novas medidas de privatização, com o argumento que o
20 Estado não tem capacidade de responder.

21
22 Com isto o País está a perder importantes alavancas para um desenvolvimento sustentável
23 e integrado, pelo que é necessário que se prossiga a luta pela defesa de um serviço público
24 de transportes e comunicações ao serviço do País e das populações, pelo que devemos
25 definir como linhas prioritárias na nossa intervenção:

- 26 ➤ ***A reivindicação de um plano de investimento nas empresas públicas, para a***
27 ***reparação do actual material circulante – comboios e navios- e equipamentos,***
28 ***que respondam aos problemas actuais;***
- 29 ➤ ***Exigência de um plano de investimento para a renovação do material circulante –***
30 ***comboios e navios- que tenham em conta todos os segmentos de actividade das***
31 ***empresas, dotando-as assim de todos os meios para um serviço público de***
32 ***qualidade, prestado por empresas públicas;***
- 33 ➤ ***Para que o país seja dotado de um Plano Nacional de Transportes, que os organize***
34 ***de forma complementar e articulados entre si, pelo que o mesmo deve assentar***
35 ***em fortes empresas públicas em todos os sectores de actividade;***
- 36 ➤ ***Lutar contra as privatizações e/ou formas de entrega da gestão ao capital privado;***
- 37 ➤ ***Desenvolvimento sustentável do sector dos transportes, comunicações, numa***
38 ***lógica de serviço ao País e aos cidadãos, com uma forte componente pública;***
- 39 ➤ ***Devolver ao Estado o controlo das empresas do sector de transportes e***
40 ***comunicações que são estratégicas para o País. A renacionalização dos CTT é o***
41 ***exemplo flagrante da necessidade desse controlo;***
- 42 ➤ ***Reconhecimento e valorização dos trabalhadores, através da melhoria dos***
43 ***salários e das suas condições de trabalho;***

44 45 **5. Acção sindical integrada – a intervenção sindical nos locais de trabalho**

46
47 O Sector dos Transportes e Comunicações, por ser um sector estratégico, foi vítima de um
48 forte divisionismo sindical, com o objectivo de reduzir a capacidade de intervenção e luta
49 dos sindicatos e dos trabalhadores, numa estratégia de destruir a contratação colectiva para
50 reduzir salários e direitos, assim como desregulamentar as relações de trabalho.

51
52 Conseguindo algum dos seus objectivos, os Sindicatos da CGTP-IN continuam a ser uma

1 forte referência nos locais de trabalho, mantendo fortes índices de sindicalização e com uma
2 capacidade de mobilização dos trabalhadores, com as quais foi possível defender no
3 essencial o património de direitos laborais e muitos dos conteúdos da contratação colectiva
4 que haviam sido conquistados.

5
6 Com outras formas, aparecem agora novas formas de divisão dos trabalhadores que tem
7 apenas um objectivo, atacar a organização sindical da CGTP-IN, para retomarem novas
8 ofensivas para aumentar a exploração de quem trabalha.

9
10 Olharmos para a organização sindical a partir da realidade concreta e procurando meios e
11 formas de rentabilizar a intervenção sindical, é um papel que a FECTRANS deve assumir e
12 dinamizar junto dos seus sindicatos, para que acção e intervenção sindical nos locais de
13 trabalho seja ampliada e reforçada.

14
15 A organização é precisa para potenciar a intervenção, mas sem intervenção não se reforça
16 a organização, nem ela faz sentido, pelo que a partir da Federação devemos desenvolver
17 um trabalho conjunto, juntando forças, energias e vontades.

18
19 A FECTRANS é a organização sindical da CGTP-IN para o sector dos Transportes e
20 Comunicações, onde naturalmente devem participar todos os sindicatos deste sector,
21 filiados na central e, esse trabalho, é necessário prosseguir não apenas por iniciativa da
22 Federação, mas em articulação com a direcção da nossa central sindical.

23
24 Assim, torna-se necessário que a FECTRANS:

- 25 ➤ ***Dinamizar a acção e luta reivindicativa, acompanhada de campanhas de reforço***
26 ***da organização e sindicalização nos locais de trabalho, de que resulte a***
27 ***eleição de mais delegados sindicais e mais representantes para a***
28 ***SST;***
- 29 ➤ ***Dinamize e apoiar a criação da estrutura sindical nas empresas e locais de trabalho***
30 ***a partir da qual se deve desenvolver a acção reivindicativa;***
- 31 ➤ ***Em articulação com a direcção da CGTP-IN, intensificar os contactos com os***
32 ***sindicatos que ainda não participam na FECTRANS, no sentido de aumentar a***
33 ***força colectiva do MSU no sector dos transportes e comunicações.***

34 35 **6. Saúde e segurança no trabalho, um direito a defender**

36
37 A forma como é organizado o trabalho, o ambiente em que ele é prestado e as condições
38 de exposição ao risco, são os principais factores que concorrem para a contração de
39 doença profissional e acidente de trabalho.

40
41 Está cientificamente comprovada a correlação que existe entre as doenças profissionais e
42 os ritmos de trabalho intensos, a longa duração dos tempos de trabalho, a intensificação do
43 trabalho nocturno e por turnos, bem como as situações de stress provocado por factores
44 psicossociais, tais como a precarização dos vínculos laborais, medo da perda do emprego,
45 más condições de trabalho, discriminações profissionais, salariais e outras, que conduzem
46 também a uma sobrecarga psíquica e mental dos trabalhadores.

47
48 No sector dos transportes e comunicações a organização e a execução do trabalho, tem
49 situações muito peculiares – Horários irregulares (turnos/escalas), em situações fora do
50 ambiente natural (em cima de água ou em subsolo), com longas horas de condução muitas
51 vezes com movimentos repetitivos, horários extensos, ausência do meio familiar durante
52 longos períodos, etc.

1 Nem sempre a prevenção é cuidada por muitas empresas e o investimento com a saúde
2 laboral, em muitas situações fica aquém do necessário e muitas vezes vista apenas como
3 um custo. A precariedade de emprego e a subcontratação têm pesados custos em termos
4 de segurança e saúde.

5
6 Em muitas empresas não existem ainda representantes dos trabalhadores neste domínio,
7 nem as respectivas Comissões de Segurança e Saúde no Trabalho, previstas na legislação
8 em vigor e na contratação colectiva.

9
10 Ao conjunto da maioria das profissões no sector, é-lhes exigido um nível de
11 responsabilidade de pessoas e bens, que poderão ser postas em causa com o
12 envelhecimento e que devido às condições de execução do trabalho tende a ser mais
13 precoce, enquanto se lhes vai exigindo mais anos de trabalho com o aumento da idade
14 legal de reforma, sem ter em conta esta realidade particular.

15
16 Neste contexto, assume-se como uma prioridade a dinamização e intensificação da eleição
17 de representantes para a área de SST, combatendo quaisquer tentativas do patronato para
18 obstruir ou limitar o exercício deste legítimo direito dos trabalhadores.

19
20 Para isso, o reforço da organização sindical é de importância vital, na medida em que a
21 intervenção nesta frente terá tanto mais eficácia e melhores resultados quanto mais
22 articulada for a acção desenvolvida pelos representantes eleitos para a SST, com as
23 comissões sindicais das empresas e/ou sindicato.

24
25 Colocam-se como prioridades no trabalho:

- 26 ➤ ***Desenvolver um intenso trabalho de sensibilização e de formação, assumindo-se***
27 ***como orientação que os processos de eleição de representantes em SST devem***
28 ***ser precedidos de formação sindical geral e formação específica no domínio da***
29 ***SST, assegurando aos representantes eleitos a continuidade de formação, a***
30 ***níveis mais especializados, conjuntamente com os sindicatos.***
- 31 ➤ ***A defesa de uma acção global e integrada, das políticas de entidades***
32 ***responsáveis pelas áreas da Prevenção, reclamando que sejam igualmente***
33 ***assegurados os direitos dos trabalhadores sinistrados, ao nível da Reparação,***
34 ***Reabilitação e Reinserção.***
- 35 ➤ ***A necessidade de se prevenirem as doenças profissionais e salvaguardar a saúde***
36 ***dos trabalhadores, justifica-se a existência de uma lista de profissões***
37 ***desgastantes, como existe em outros países, com a inclusão de medidas***
38 ***específicas de protecção, incluindo a antecipação da idade legal de reforma.***
- 39 ➤ ***Relativamente às doenças músculo-esqueléticas, a defesa de um Plano Nacional***
40 ***de Prevenção, integrando o CNPCRP - Centro Nacional de Protecção Contra os***
41 ***Riscos Profissionais, a ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho, as***
42 ***autoridades de saúde e as organizações sindicais, que promova medidas***
43 ***efectivas de combate aos riscos profissionais, designadamente: a diminuição dos***
44 ***tempos de exposição, a redução das cadências de trabalho, a institucionalização***
45 ***de pausas regulares no período de trabalho, a redução do horário e a proibição***
46 ***do prolongamento da jornada de trabalho, bem como a definição de um sistema***
47 ***de agravamento das taxas para a segurança social às empresas com elevada***
48 ***incidência de lesões músculo-esqueléticas.***
- 49 ➤ ***A reivindicação para que as empresas assumam a responsabilidade pela***
50 ***recolocação dos trabalhadores sinistrados ou portadores de doença profissional,***
51 ***independentemente do seu grau de incapacidade.***
- 52 ➤ ***Defende que devem ser potenciadas e articuladas vertentes essenciais, como***

1 **sejam: a aplicação do Plano Nacional de Acção para a Prevenção (PNAP); a**
2 **fiscalização das normas de segurança e saúde no trabalho; a notificação das**
3 **doenças profissionais; a acção contra o trabalho clandestino, a precariedade de**
4 **emprego e a desregulamentação do trabalho.**

- 5 ➤ **Lutar para que a legislação actual que regula a Segurança e Saúde no Trabalho**
6 **simplifique o processo eleitoral para os representantes dos trabalhadores na área**
7 **de SST e que estes tenham um crédito mínimo de 8 horas mensais, para**
8 **exercerem as suas funções, para as quais foram eleitos.**

10 **7. Informação, agitação e propaganda sindical**

11
12 Para uma acção eficaz nos locais de trabalho é necessária uma identificação
13 dos trabalhadores com as reivindicações e objectivos das estruturas sindicais, o que
14 só se consegue com uma permanente ligação aos locais de trabalho e pela
15 presença do Movimento Sindical Unitário junto de quem trabalha.

16
17 A principal forma dessa ligação será concretizada através da presença de dirigentes e
18 delegados sindicais, mas que deve ser complementada com a presença escrita e visual,
19 através de comunicados, boletins, cartazes e outros materiais de divulgação das posições
20 da FECTRANS e dos seus sindicatos.

21 Assim, a FECTRANS tem de:

- 22
23 ➤ **Melhorar articulação entre os diversos níveis da Federação, no que respeita a esta**
24 **frente de trabalho, de modo a otimizar recursos, reduzir a duplicação da**
25 **informação e torná-la mais eficaz.**
26 ➤ **Aproveitar a utilização das novas tecnologias, nomeadamente a página na internet**
27 **tem que continuar a ser um instrumento dinâmico de esclarecimento e de**
28 **agitação. Outros instrumentos existentes também devem ser explorados como**
29 **complemento da acção nos locais de trabalho de modo a otimizar recursos,**
30 **reduzir a duplicação da informação e torna-la mais eficaz.**
31 ➤ **Procurar concretizar a existência de um órgão de informação da FECTRANS –**
32 **boletim ou jornal, assim como boletins de informação regular por sector para um**
33 **desenvolvimento mais pormenorizado dos temas.**

35 **8. Cooperação internacional**

36
37 A linhas preocupantes já identificadas no último congresso, relativamente à situação
38 internacional não se alteraram, antes pelo contrário, há retrocessos significativos em muito
39 países, que se reflectirão negativamente na luta emancipadora dos trabalhadores e dos
40 povos.

41
42 A abertura de novos focos de tensão em diversos países do globo, o retrocesso nos
43 processos políticos nos países da América Latina, colocam-nos a necessidade aumentar a
44 luta pela Paz e a solidariedade com os povos e os trabalhadores desses países.

45
46 Na Europa acentua-se a falta de resposta aos problemas dos trabalhadores e dos povos,
47 comprovando que a União Europeia está ao serviço dos grupos económicos e financeiros,
48 o que origina o aparecimento de movimentos populistas e fascistas, que fazendo um
49 discurso convergente com as reivindicações dos trabalhadores e dos povos procuram impor
50 novas soluções para dar resposta aos interesses capitalistas.

51
52 Continuamos a verificar a intensificação da exploração e o empobrecimento dos

1 trabalhadores com a extensão do uso da força de trabalho e a redução, por todos os
2 meios possíveis, da sua remuneração.

3
4 São eixos centrais desta ofensiva a redução dos salários reais, a intensificação dos
5 ritmos de trabalho, a apropriação dos ganhos de produtividade do trabalho pelo capital, a
6 desregulamentação e o aumento do horário de trabalho, o aumento da idade de reforma
7 e diminuição dos valores das reformas e pensões, a desregulamentação das relações
8 laborais, aumento das taxas de desemprego, generalização do trabalho precário,
9 particularmente entre as novas gerações de trabalhadores, regressão de direitos sociais
10 e laborais, a sobre-exploração dos trabalhadores migrantes e o ataque ao sindicalismo
11 de classe e à contratação colectiva.

12
13 Esta situação coloca ao Movimento Sindical a obrigação de dar uma resposta firme na
14 defesa dos interesses de classe dos trabalhadores e dos reformados e aposentados, no
15 quadro de um combate forte e determinado ao capitalismo, que é responsável pela crise e
16 pelos graves problemas com que os trabalhadores se confrontam.

17
18 Defendemos um sindicalismo combativo, de defesa dos interesses de classe dos
19 trabalhadores, que são incompatíveis com os interesses e objectivos dos capitalistas, que
20 desenvolvem a sua acção com vista a aumentar os seus lucros através da exploração
21 de quem trabalha, reduzindo as suas remunerações a meros instrumentos de subsistência,
22 em vez de serem factores de dignificação do trabalho e dos trabalhadores.

23
24 A FECTRANS define-se estatutariamente como uma organização sindical de classe, e que
25 apesar da decisão de não filiação nas organizações internacionais, deve procurar
26 contribuir para uma dinâmica sindical internacional, que vise combater as injustiças sociais
27 e a dignificação dos trabalhadores, num movimento de acção e luta ao seu serviço, pela
28 satisfação das suas reivindicações e pela sua emancipação económica e social, em
29 contrapartida a um sindicalismo de conciliação de classes, que mais não faz que enredar
30 os trabalhadores nos interesses do capital.

31
32 De acordo com esta posição, a FECTRANS deve:

- 33 ➤ **Reforçar linhas de cooperação e acção com as estruturas internacionais**
34 **congéneres, num quadro de respeito pelas opções de cada uma e, na base de**
35 **objectivos concreto na defesa dos interesses de classe dos trabalhadores do**
36 **sector dos transportes e comunicações;**
- 37 ➤ **Manter-se uma organização sindical sem filiação em qualquer estrutura de âmbito**
38 **internacional;**
- 39 ➤ **Desenvolver acções bilaterais com organizações congéneres na Europa, no**
40 **sentido de aprofundar o estudo, a reflexão e a acção contra as diversas políticas**
41 **emanadas na UE quase sempre prejudiciais aos trabalhadores, aos povos e à**
42 **soberania dos países.**

43 44 **9. Formação sindical**

45
46 A formação sindical é um instrumento importante para a formação dos quadros sindicais,
47 no sentido de o dotar de mais conhecimentos para responderem mais eficazmente aos
48 problemas com que se confrontam diariamente.

49
50 Apesar de algum esforço, a resposta da FECTRANS tem sido insuficiente para as
51 necessidades de formação dos quadros sindicais em todo o sector e, esta é uma área em
52 que todos ganhamos se houver ganhos de sinergias.

- 1 É preciso alterar a actual situação, unindo esforços e planificando conjuntamente planos de
2 formação em todo o sector, para a formação mais genérica, mas também para acções mais
3 específicas
4
- 5 Nesta área, define-se como orientação:
- 6 ➤ **Planificação conjunta com os sindicatos da Federação, de planos anuais de**
7 **formação sindical, articulado com a CGTP-IN, abrangendo a formação de novos**
8 **quadros, mas também das técnicas nas diferentes áreas de intervenção;**
 - 9 ➤ **Criação de quadro de formadores no âmbito da FECTRANS para uma melhor**
10 **resposta às necessidades;**

11 **10. Formação profissional**

12

13 A legislação, vai colocando aos trabalhadores, cada vez mais exigências no que concerne
14 à formação profissional.

15

16 AS empresas estão obrigadas a dar aos seus trabalhadores horas de formação em horário
17 laboral, o que nem sempre acontece, ou muitas vezes é imposta fora do horário laboral á
18 custa das horas de descanso dos trabalhadores.

19

20 No sector há profissões que só podem ser exercidas com aquisição de novos
21 conhecimentos e certificações permanentes, com custos para os trabalhadores.

22

23 Para além disso, a FECTRANS deve pugnar pela dignificação e valorização profissional
24 dos trabalhadores do sector, quer pela exigência de formação por parte das empresas, ou
25 pela dinamização de iniciativas próprias com esse fim.

26

27 Com esse objectivo, a FECTRANS, através de diversos mecanismos existentes deve:

- 28 ➤ **Intervir nas empresas para que a legislação relativamente á formação profissional**
29 **seja cumprida, em horário laboral;**
- 30 ➤ **Procurar com os Sindicatos criar iniciativas próprias de formação profissional em**
31 **todo o país e voltado para as diversas profissões no sector.**